



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº _____/2018

Da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO sobre o Projeto de Lei Ordinária PLO n.º 21/2018, que proíbe a oferta de embutidos na composição da merenda de escolas e creches da rede pública municipal do Recife e dá outras providências; pela APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

A Comissão de Finanças e Orçamento recebeu, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Ordinária nº 21/2018** de autoria da Vereadora Aline Mariano, nos termos do art. 114 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, tendo sido designado como relator o Vereador Alcides Teixeira Neto.

O projeto de lei determina que seja proibida a oferta de embutidos na composição da merenda de escolas e creches da rede pública municipal do Recife e dá outras providências.

Quando em pauta, nos termos regimentais, a propositura não recebeu emendas.

ANÁLISE

Analizamos o projeto e o mesmo veda a oferta de produtos de origem animal do tipo embutido no cardápio da merenda de escolas e creches da rede pública municipal do Recife, onde se entendem como embutidos os alimentos produzidos pelo enchimento de tripas de animais ou artificiais (feitas com colágeno) com recheio à base de carne, vísceras, gordura, sangue, especiarias e outros ingredientes como conservantes, aromatizantes, etc... Que fazem muito mal a saúde das crianças e que podem torna-se mais graves, pois está associado fortemente ao desenvolvimento da obesidade infantil,



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

que se tornou um flagelo no mundo ocidental, reduzindo a expectativa de vida e aumentando a incidência de doenças coronárias, diabetes e outras etiologias associadas ao sobrepeso e à obesidade.

A iniciativa da parlamentar é louvável e contribui para a promoção da saúde de crianças matriculadas em escolas e creches da rede pública municipal do Recife.

Nos aspectos financeiros o projeto não dispersa os termos do artigo 114, pois as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

DO VOTO

Conforme o exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 21/2018, de autoria da Vereadora Aline Mariano.

É o parecer



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

Do exposto, opina a **Comissão de Finanças e Orçamento** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 21/2018, de autoria da Vereadora Aline Mariano.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 26 de março de 2018.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ERIBERTO RAFAEL

Presidente

RINALDO JÚNIOR

Vice-Presidente

ALCIDES TEIXEIRA NETO

Membro Efetivo

Relator

AMARO CIPRIANO

Membro Efetivo

AIMÉE CARVALHO

Membro Efetivo

AERTO LUNA

Membro Suplente

RENATO ANTUNES

Membro Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

RICARDO CRUZ

Membro Suplente